



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007267-35.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **Marcos Antonio Pereira**
 Requerido: **Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Marcos Antonio Pereira propôs a presente ação contra a ré Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.. requerendo a condenação desta: a) no pagamento de pensão mensal vitalícia, a partir da data do acidente de trabalho, no valor dos ganhos reais, incluindo-se as horas extras, os adicionais, o 13º salário, com a constituição de capital; b) no pagamento de indenização pelo dano estético, a ser fixada pelo juízo; c) no pagamento de todas as despesas com tratamento médico, cirúrgico, psicológico e hospitalar presentes e futuros, inclusive medicamentos e novas próteses.

A ré, em contestação de folhas 32/47, suscita preliminares de incompetência do juízo e de prescrição. No mérito, requer a improcedência do pedido, alegando que o autor não trouxe qualquer prova acerca do dano moral e quanto à redução laboral. Aduz, outrossim, ser descabido o pedido de pensão mensal vitalícia, porque a ré recolheu corretamente as contribuições previdenciárias, devendo o autor valer-se do benefício previdenciário. Sustenta que o autor não trouxe aos autos a causa de pedir da condenação da ré nas despesas com tratamento médico, cirúrgico, psicológico e hospitalar.

O autor não apresentou réplica (confira folhas 76).

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Rejeito a preliminar de incompetência do juízo, tendo em vista que, tratando-se de indenização por dano moral decorrente de relação empregatícia, a competência é da Justiça Comum Estadual.

Nesse sentido:

0024454-19.2002.8.26.0602 ACIDENTE DO TRABALHO. DIREITO COMUM. COMPETENCIA ESTADUAL ESTABELECIDADA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. CULPA DO RÉU CONFIGURADA. AÇÃO PROCEDENTE. RATIFICAÇÃO DA SENTENÇA, EXCETO QUANTO À FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. NECESSIDADE. ADMISSIBILIDADE. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 252 DO REGIMENTO INTERNO DO TJ/SP. SENTENÇA MANTIDA. Recurso do autor parcialmente provido e do réu, não provido (Relator(a): Cristina Zucchi; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 25/11/2015; Data de registro: 02/12/2015).

Por outro lado, de rigor o reconhecimento da prescrição da pretensão do autor.

Muito embora o acidente tenha ocorrido em decorrência de relação de emprego, trata-se de ação de reparação civil devendo ser aplicado o prazo do Código Civil.

Nos termos do artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.

O acidente de trabalho noticiado ocorreu no ano de 2011, não havendo que se falar em regra de transição do artigo 2.028 do Código Civil.

O termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data em que concedida a aposentadoria por invalidez ou em que cessou o benefício de auxílio-acidente por parte do INSS.

Nesse sentido:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO - DANO MORAL - ACIDENTE DE TRABALHO - MARCO INICIAL - AUTOR EM PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO . Dá-se provimento a agravo de instrumento quando configurada no recurso de revista a hipótese da alínea a do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO - DANO MORAL - ACIDENTE DE TRABALHO - MARCO INICIAL - AUTOR EM PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO . Nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 375 da SBDI-1 do TST, tem-se que: "A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário". Por outro lado, a Suprema Corte, em 1963, editou a Súmula nº 230, que dispõe: "A prescrição da ação de acidente do trabalho conta-se do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade". O STJ, em 2003, adotou a Súmula nº 278, que prevê: "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral." Observa-se, portanto, que a referida súmula do STJ, refere-se, corretamente, à "ciência inequívoca da incapacidade" e não à ciência da doença, até porque a reparação será avaliada não pela doença ou acidente considerados em si mesmo, mas a partir dos seus efeitos danosos, da incapacidade total ou parcial do empregado ou até mesmo da cura da doença. **Portanto, o termo a quo da contagem do prazo prescricional se inicia pela cessação do benefício do auxílio doença acidentário ou com a aposentadoria por invalidez do empregado.** Somente a partir de então é que se terá a consolidação do dano, seja ele pela concessão da aposentadoria, pela reabilitação do autor ao trabalho ou pela própria cura da doença. A extensão do dano, pois, somente poderá ser medida a partir de então. No caso, como o autor encontra-se em gozo de auxílio doença acidentário o dano ainda não restou consolidado e, conseqüentemente, a fluência do prazo prescricional para ajuizamento de reclamação trabalhista para pleitear indenização por danos moral e material. Recurso de revista conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO (TST - RR: 25786000820075090006, Relator: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 08/04/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/04/2015)

O autor colacionou às folhas 17 a "Comunicação de Decisão" que lhe foi encaminhada pelo INSS, informando que o benefício foi concedido até **18/08/2011**. Não tendo o autor instruído a inicial com documento que comprove a prorrogação do benefício nem tampouco de concessão de aposentadoria, de rigor o reconhecimento de que o benefício cessou em **18/08/2011**, data de início do prazo prescricional.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Todavia, a presente ação foi proposta no ano de 2015, quando já havia se expirado o prazo trienal previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, razão pela qual de rigor o reconhecimento da prescrição da pretensão do autor.

Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil, declarando prescrita a pretensão do autor. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de dezembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**